







CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
PROTOCOLO  
Nº 966/2019  
DATA: 25/03/2019  
Ass: 

**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

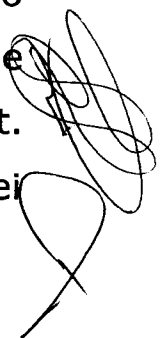
**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/2019.**

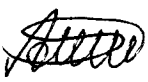
**Cria Comissão Processante para analisar possíveis práticas delituosas atribuídas ao Senhor Prefeito Municipal Audifax Charles Pimentel Barcelos, e dá outras providências.**

A CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a aprova e promulga a seguinte resolução legislativa: 

**Art. 1º** Fica criada a Comissão Processante, na forma do Decreto-Lei nº 201/67, com base na denúncia feita pelo Sr. Daniel Ribeiro Luz (em anexo), visando apurar possíveis ilícitos praticados de improbidade administrativa, crimes contra a administração pública e de responsabilidade, em referência a realização de despesa orçamentária sem prévio empenho, nos termos do art. 167, inciso II, da Constituição da República, e arts. 59 e 60 da Lei   


Rua Major Pissarra, 245 - Centro - Serra - ES - CEP: 29.176-020 - TEL: (27) 3251-8300  
E-mail: [procuradoria@camaraserra.es.gov.br](mailto:procuradoria@camaraserra.es.gov.br) / Site: [www.camaraserra.es.gov.br](http://www.camaraserra.es.gov.br)

Página 1 de 7 





**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Federal nº 4320/64, no exercício do mandato perpetrado pelo Senhor Audifax Charles Pimentel Barcelos, concernente ao exercício financeiro de 2016.

**Art. 2º** A Comissão Processante será formada por três vereadores titulares, os quais elegerão, mediante sorteio, o Presidente, o Relator e o Membro.

**Art. 3º** O prazo de funcionamento da referida Comissão Processante é de 60 (sessenta) dias contados da data de sua instalação.

**Art. 4º** Aplica-se aos trabalhos da referida Comissão Processante o quanto estabelecido no Decreto-Lei nº 201/67, bem como as prerrogativas asseguradas ao seu funcionamento estabelecidas no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, no que couber, na Lei Orgânica do Município da Serra, no Regimento Interno da Casa e subsidiariamente, as normas da Legislação Federal e do Código de Processo Penal.



**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Parágrafo único.** O denunciado e as testemunhas serão intimadas e ouvidas de acordo com as prescrições estabelecidas na Legislação aplicada à matéria.

**Art. 5º** A referida Comissão Processante apresentará relatório de seus trabalhos ao Plenário da Câmara, concluindo por Projeto de Resolução.

**Parágrafo único.** Concluída a referida Comissão Processante e reconhecida a existência de ilegalidade que exija a apuração e consequentemente responsabilização Penal ou Civil, o relatório de que trata este artigo, será encaminhado para o Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e qualquer outra autoridade competente e mais ainda, no âmbito administrativo, pugnar o que entender de direito.

**Art. 6º** O processo e a instrução aqui referidos obedecerão ao que prescreve o Decreto-Lei nº 201/67, esta Resolução e no que lhe for aplicável, as normas de processo penal, em caráter subsidiário, sem prejuízo dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.



**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA**  
**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

**Art. 7º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Sala das sessões "Flodoaldo Borges Miguel", 20 de março de 2019.

Rodrigo Márcio Caldeira

Presidente - Rede

Adilson de Novo Porto Canoa

Vereador - PSL

Aécio Leite

Vereador - PT

Fábio de Souza Rosa

Vereador - PSD

Adriano Galinhão

Vereador - PTC

Basílio da Saúde

Vereador - PROS

Cabo Porto

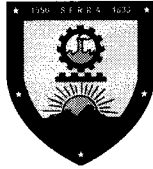
Vereador - PSB

Cleusa Paixão

Vereadora - PMN

Luiz Carlos Moreira

Vereador - MDB



**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Fábio Duarte  
Vereador – PDT

Geraldinho PC  
Vereador – PDT

Miguel da Policlínica  
Vereador – PTC

Pastor Ailton  
Vereador – PSC

Raposo  
Vereador – PSDB

Robinho Gari  
Vereador – PV

Wellington Balthazar Emigdio  
Wellington Alemão  
Vereador – DEM

Geraldinho de Feu Rosa  
Vereador – PSB

Guto Lorenzoni  
Vereador – PP

Nacib Haddad  
Vereador – PDT

Quêlcia  
Vereadora – PSC

Roberto Catirica  
Vereador – PHS

Stefano Andrade  
Vereador – PHS

9



**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**


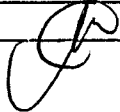
**JUSTIFICATIVA**

Conforme prevê a Constituição Federal, compete ao Poder Legislativo Municipal editar leis sobre todos os assuntos definidos como competência do Município e fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais) e os atos de toda a administração municipal, nos termos do art. 31 da Constituição Federal.

Tal função fiscalizadora atribuída ao Poder Legislativo Municipal é exercida mediante requerimento de informações sobre a administração, mediante a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito para apuração de fato determinado, fazendo vistorias e inspeções nos órgãos municipais e ainda convocando as autoridades municipais para depor e prestar esclarecimentos.

Em razão disso, tendo em vista a relevância do objeto a ser tratado, conclamamos o apoio dos Nobres Vereadores para a aprovação do presente projeto, em regime de urgência especial.

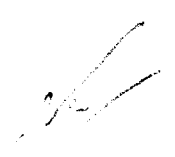
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DA  
SERRA-ES, VEREADOR RODRIGO MÁRCIO  
CALDEIRA.**

 CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
PROTOCOLO  
Nº 759 / 2019  
DATA: 25 / 03 / 2019  
Ass: 

**DANIEL RIBEIRO LUZ**, brasileiro, casado, motorista, portador da Cédula Identidade RG nº 33110364 SSP-ES, CPF nº 286.839.005-68, Título de Eleitor nº 077534140507, com endereço na Avenida Vitória, nº 21, bairro Central Carapina, Serra-ES, vem respeitosamente perante Vossa Excelência apresentar

## **DENÚNCIA**

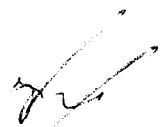
**em face do Prefeito da Serra-ES, Sr. Audifax Charles Pimentel Barcelos**, conforme as razões de fato e direito a seguir delineadas.



Inicialmente, destaca-se que a função precípua do Poder Legislativo Municipal, além da edição de leis, é fiscalizar os atos de gestão e as contas do Prefeito Municipal.

Em razão disso, levando-se em consideração a função fiscalizatória deste Poder Legislativo, surge a necessidade de se fiscalizar, com base na legislação e no procedimento pertinente, alguns atos do Exmo. Sr. Prefeito Municipal Audifax Charles Pimentel Barcelos, durante o exercício de 2016, conforme passa-se a descrever: abertura de crédito adicional utilizando fonte de recurso sem lastro financeiro; ocorrência de déficit orçamentário provocando desequilíbrio nas contas públicas; ausência de controle das fontes de recursos evidenciadas no Demonstrativo do Superávit/Déficit financeiro encaminhadas no Anexo ao Balanço Patrimonial consolidado; apuração do déficit financeiro evidenciando desequilíbrio das contas públicas; contração de despesas nos dois últimos quadrimestres de mandato sem disponibilidade financeira suficiente para pagamento; realização de despesa orçamentária sem prévio empenho; omissão das informações contratuais no demonstrativo dos restos a pagar e ausência de medidas administrativas que viabilizassem a emissão do parecer do controle interno sobre a prestação de contas anual.

Pelo exposto, requer se digne o prosseguimento do feito, solicitando-se assim, as providências legais cabíveis à





espécie, de maneira que sejam apuradas as supostas infrações acima descritas.

Serra-ES, 19 de março de 2019.



**DANIEL RIBEIRO LUZ**

Denunciante